

## TRABALHO INFANTIL: UM DESAFIO SOCIAL À EDUCAÇÃO DO CAMPO. AS CRIANÇAS TRABALHADORAS NA ILHA DO GALEÃO, CAIRU-BA<sup>1</sup>

*Child labour: a challenge social to education of field.  
Children working in the Island of Galeão, Cairu-BA, in Brazil*

SILVA, Solange Oliveira da<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo, debruçando-se sobre a realidade da criança-trabalhadora na Ilha do Galeão, apresenta e discute algumas políticas públicas de combate ao trabalho infantil. Investiga quais fatores levam as crianças a trabalhar e quais as consequências na aprendizagem e no desempenho escolar, considerando que a prática do trabalho infantil não é algo recente, perpetua-se em nosso país desde a época da escravidão. Considera-se neste construto que, sendo o trabalho infantil prejudicial ao desenvolvimento integral da criança, precisa ser questionado para quebrar barreiras em defesa dos seus direitos. Nesse sentido, apresenta alguns esclarecimentos sobre as causas e consequências desse acontecimento tão complexo que nega a infância e provoca o “fracasso escolar”, discutindo sobre possibilidades pedagógicas que estão sendo implementadas pelas escolas na busca de uma melhor qualidade da educação do/no campo.

**Palavras-chave:** Trabalho infantil; Educação do campo; Fracasso escolar.

### ABSTRACT

This article will focus on the reality of child-worker on the island of Galeão and discusses some policies to combat child labor. Investigates what factors lead children to work and what the consequences for learning and school performance, considering that the practice of child labor is not something new, is perpetuated in our country since the days of slavery. It is considered that, in this construct, the child labor is harmful to the development of the child needs and barriers need to be broken in defense of their rights. Accordingly, it presents some elucidation into the causes and consequences of this event so complex that it denies the child and leads to school failure, discussing pedagogical possibilities that are being implemented by schools in search of a better quality of rural education.

**Keywords:** Child labor; Rural education; School failure.

---

<sup>1</sup> O local pesquisado, o Galeão, faz parte do Município de Cairu, no Arquipélago de Tinharé, formado por 36 ilhas, numa pequena área litorânea da Mata Atlântica, na Bahia, localizada ao sul de Salvador e próxima ao Município de Valença. Neste artigo, embora pudéssemos nos referir à localidade como ‘Povoado do Galeão’ e/ou ‘Vila do Galeão’, vamos nos referir a ela tal como as pessoas do lugar o fazem, como “Ilha do Galeão”. Lá, a maioria das pessoas tem na agricultura e na pesca, basicamente, seu sustento de cada dia. Apesar de suas belezas naturais e históricas, o turismo não tem sido explorado como poderia ser, haja vista a falta de praias com águas cristalinas para substituir as águas escuras dos mangues próximos às “beiradas” (margens da ilha), além, é claro, da ausência de um interesse maior do poder público em investimentos de infraestrutura para este fim.

<sup>2</sup> Especialização em Inspeção e Supervisão Escolar pela FACED/UFU, Graduação em Pedagogia: Docência e Gestão em Processos Educativos, pela Universidade do Estado da Bahia. E-mail: <solgandu@yahoo.com.br>.

## INTRODUÇÃO

A história do trabalho infantil acompanha a trajetória do Brasil desde os tempos de Colônia. No início da Revolução Industrial, grande parte do trabalho fabril era realizado por crianças e mulheres como forma de baratear a mão de obra.

Atualmente muitas são as formas e os meios de trabalho envolvendo crianças. Partindo desse pressuposto, a pesquisa foi estabelecida a partir de inquietações cotidianas que aumentaram ao longo das minhas experiências de vida e perguntas de todos os tipos que prevalecem sobre o trabalho infantil, buscando investigar quais fatores levam as crianças a trabalhar e quais as consequências na aprendizagem e no desempenho escolar. Tomamos como objeto de estudo a vida escolar de crianças trabalhadoras que estudam na Escola Rural do Galeão, localizada na Comunidade da Ilha do Galeão, em Cairu, no estado da Bahia. Como metodologia, adotamos a pesquisa exploratória, desenvolvida a partir de entrevistas com professores, com as meninas e meninos trabalhadores infantis, mães e pessoas da comunidade levantando dados da realidade. Também utilizamos fotografias e pudemos descobrir e redescobrir linguagens gestuais, símbolos, traços culturais e arquitetônicos.

Desse modo, quando nos debruçamos na tarefa de pesquisar a temática “trabalho infantil” no campo e as problemáticas vividas pelos sujeitos do campo, somos convidados a compreender essa questão levando em consideração as especificidades da vida campesina e assumindo o cuidado de tratar dessa temática dialogando com crianças que partilham dessa situação; tornando-se necessário não confundirmos “trabalho infantil” com formas de difusão e repasse de cultura por meio das gerações ao considerarmos que muitas crianças da zona rural exercem algumas atividades como forma de assimilação de costumes, aprendizagem de valores e atitudes, em alguns casos são períodos de aprendizagem junto à família. Sendo importante considerar que essa prática torna-se comum, também juntamente ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Nosso objetivo foi analisar os riscos e consequências dos fatores que interferem na realidade educacional da zona rural, visando entender a relação que a criança estabelece com a escola enquanto trabalhadora rural. Investigar qual apoio é oferecido aos alunos, quais políticas públicas são desenvolvidas para a erradicação do trabalho infantil no campo, visando à integração desses alunos e com vistas ao acesso a tecnologias de informação.

A discussão se realiza no âmbito de três componentes, a saber: “Trabalho Infantil: História, Legislação e Políticas Públicas”; “Trabalho Infantil e Escola: uma relação de tensões” e “Um estudo sobre o Trabalho Infantil na Ilha do Galeão e suas implicações na Vida Escolar das Crianças”. Cabe ressaltar que, embora dividido em partes, o presente artigo faz jus ao pensamento sistêmico, o qual parte do princípio de que o todo é mais que a soma das partes, tendo desta forma o sistema como um todo integrado cujas propriedades essenciais surgem das inter-relações entre suas partes.

## TRABALHO INFANTIL: HISTÓRIA, LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

A história do trabalho infantil acompanha a trajetória do nosso país desde os tempos de Colônia, pois crianças descendentes de escravos negros e índios eram obrigadas a aumentar a mão de obra nas fazendas, na agricultura. Além disso, no início da Revolução Industrial no final do século XIX, grande parte do trabalho fabril era realizado por crianças e mulheres como forma de baratear a mão de obra. Provocando certa exclusão social,<sup>3</sup> salvo-conduto que na época da industrialização houve uma desorganização das famílias, porque muitos pais se vendo desempregados se entregavam ao alcoolismo, ao suicídio e até mesmo à criminalidade e prostituição. Esses fatores desmantelavam as famílias e tiravam o homem do topo da hierarquia e das decisões, pois os pais deixavam de exercer seus direitos e de cumprir com seus deveres; a família passava a ser chefiada pelas mulheres que, além das suas funções de mãe e esposa, estavam em pé de igualdade com os homens e até mesmo ocupando o seu lugar. Porém, houve a necessidade de solucionar e evitar a igualdade jurídica entre homens e mulheres e, para isso, foi feito um estudo de ordem social sobre as famílias de trabalhadores. Era lamentável o enfraquecimento das mesmas, tendo como principal motivo a inserção da criança no mercado de trabalho, circunstância que acabava por gerar, como já foi dito anteriormente, exclusão, pois “o salário dos aprendizes era em geral a metade do que se pagava aos operários, o das mulheres a quarta parte e o das crianças... já se pode imaginar” (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2002, p.10).

Sabemos que, desde os primórdios até a contemporaneidade, o trabalho que é a ação humana enquanto meio de sobrevivência vem sendo considerado enquanto categoria central na sociedade, pois é através das habilidades físicas e intelectuais que o homem consegue transformar a natureza e a matéria-prima criando possibilidades e hábitos de vida. O trabalho é a ação humana sobre determinado objeto, ou lugar; assim sendo, por meio do trabalho, o homem passa a exercer influências sobre a sociedade, ocasionando mudanças econômicas, políticas e culturais.

O trabalhador é tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais cresce sua produção em potência e em volume. O trabalhador converte-se numa mercadoria tanto mais barata quanto mais mercadorias produz. A desvalorização do mundo humano cresce na razão direta da valorização do mundo das coisas. O trabalho não apenas produz mercadorias, produz também a si mesmo e ao operário como mercadoria, e justamente na proporção em que produz mercadorias em geral (MARX, s/d *apud* QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2002, p.25).

Dessa forma, percebemos que o trabalho pode ser tanto uma forma de inclusão, quanto uma forma de exclusão social, pois o mesmo pode dignificar ou escravizar os indivíduos. O trabalho escravo infelizmente ainda existe em nossa sociedade, sendo notadamente visível nas zonas rurais, ribeirinhas e litorâneas de várias regiões do Brasil, também sendo muito comum a participação de crianças para atender às demandas do sistema capitalista vigente.

---

<sup>3</sup> Exclusão social é o desrespeito que sofre as crianças brasileiras que são obrigadas a trabalhar e, conseqüentemente, são exploradas, principalmente na zona rural, onde 62,6% das crianças de 5 a 13 anos trabalham em atividades agrícolas; esse fato vem decisivamente há muito tempo inviabilizando a infância e a educação de meninos e meninas.

Hoje muitas são as formas e os meios de trabalho envolvendo crianças. Esse acontecimento vem se tornando frequente e crescente, desde a época da Revolução Industrial, quando o modo de produção capitalista trouxe as crianças para o cenário de exploração da mão de obra barata. Essas pequenas notáveis vidas não eram e nunca foram representadas por associações, não fizeram cursos profissionalizantes, mas, pela leveza e habilidade nas mãos, muitas crianças foram requisitadas para tornar mais prático e eficiente o trabalho com as primeiras máquinas de fiar e tear a vapor. Enquanto os pequeninos ocupavam o lugar dos adultos, dos homens; estes, por sua vez, se tornavam desempregados, **desassalariados, mão de obra inútil e ineficiente, pois não tinham a mesma flexibilidade que uma criança.**

Todavia, quando a questão tange aos rigores da Lei, permitindo uma reflexão mais humanística, sabemos que “os direitos humanos são direitos históricos que emergem gradualmente das lutas que o homem trava por sua própria emancipação e das transformações de vida que essas lutas produzem” (BOBBIO, 1992, p.32). A Declaração dos Direitos da Criança deixa claro que:

[...] PRINCÍPIO 7º - A criança tem direito à educação, que deve ser gratuita e obrigatória, pelo menos nos graus elementares. Deve ser-lhe ministrada uma educação que promova a sua cultura e lhe permita, em condições de igualdade de oportunidades, desenvolver as suas aptidões mentais, o seu sentido de responsabilidade moral e social e tornar-se um membro útil à sociedade [...] PRINCÍPIO 9º - [...] A criança não deverá ser admitida ao emprego antes de uma idade mínima adequada, e em caso algum será permitido que se dedique a uma ocupação ou emprego que possa prejudicar a sua saúde e impedir o seu desenvolvimento físico, mental e moral (ONU, 1959).

Com a Declaração dos Direitos da Criança, é possível perceber que a educação é um direito de todos, visto que os direitos humanos são direitos históricos, tornando assim obrigação do Estado e da Família zelar pela instrução das crianças. A LDB 9.394/96 também assegura esse direito frisando a obrigatoriedade da família e do Estado.<sup>4</sup> Para tanto, deve ser gratuita e obrigatória, pois emerge gradualmente das lutas que o homem trava por sua própria emancipação e das transformações de vida que essas lutas produzem, dando liberdade de aprender, ensinar e divulgar o pensamento. Desse modo, a escola também deve possibilitar condições de permanência e acesso.

Em vista da concretização desses direitos, é preciso salientar que, de acordo com a Constituição Federal, artigo 7º, inciso XXXIII, o trabalho infantil é proibido. Assim, o trabalho infantil é reconhecidamente ilegal até os 16 anos, exceto na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos (art. 60 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA).<sup>5</sup> A Constituição Brasileira também prevê a proibição de quaisquer trabalhos insalubres, perigosos ou noturnos para menores de 18 anos. De acordo com o UNICEF, o trabalho infantil pode ser agrupado em seis tipos principais, são eles: os serviços domésticos, o trabalho infantil forçado, a exploração sexual comercial, o trabalho na indústria e agricultura, o trabalho de rua, o trabalho para a sua própria família.

---

<sup>4</sup> Cf. Brasil (1996).

<sup>5</sup> Cf. Brasil (1988) e Brasil (1990)

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), nas edições do seu *Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil*, e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente pretendem que se fortaleça a vontade política de todos os agentes da sociedade brasileira para a implantação de um combate mais coerente e efetivo na busca de soluções para a grave questão do trabalho infantil, o que é correspondente de uma realidade social desumana.<sup>6</sup>

Prontamente, faz-se imprescindível a continuidade nas ações e nos Programas, entendendo que todos os esforços contra o trabalho infantil contribuem para a redução da pobreza, das desigualdades e da exclusão social. Apenas com o desenvolvimento de um plano lógico de ações do governo e da sociedade, será possível garantir permanência e sucesso na escola rural. Igualmente uma contribuição importante é apoiar economicamente as famílias dessas crianças; podemos perceber esse auxílio por meio do recebimento do bolsa família. Esses Programas de ordem social, como é o caso também do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), visam melhorar a qualidade de vida e, de alguma forma, colaborar com a ação pedagógica, contribuindo para melhorar os desempenhos escolares das crianças.

#### **TRABALHO INFANTIL E ESCOLA: UMA RELAÇÃO DE TENSÕES**

A escola, numa perspectiva histórica atual, deve ser considerada como um espaço de encontro, de vivência de várias culturas, independente da classe social, construindo nos indivíduos um espírito crítico e emancipatório na busca pelos seus direitos que historicamente vêm sendo negados, desde a época da escravidão.

As transformações que mais explicam o desempenho escolar são as características familiares do(a) aluno(a), tais como: nível de escolaridade ou grau de instrução dos pais, características de cor, atraso escolar, reprovação anterior, número de livros disponíveis para o acesso das crianças, presença de computador em casa. E levando em consideração as escolas da zona rural, sabemos que muitas delas não têm televisão nem computador, e todos esses fatores tornam-se decisivos para elucidar o nível de desempenho das crianças.

Pesquisadores como Basu e Tzannatos (2003) afirmam que o crescente interesse em se pesquisar sobre o trabalho infantil deve-se à redução da pobreza e à crescente acumulação de capital humano e hoje se acredita que o trabalho infantil é um empecilho ao progresso econômico. O trabalho infantil não é um agravante apenas dos países subdesenvolvidos, pois países com França, Bélgica e Estados Unidos também estão submersos nesta realidade.

Para falar de pobreza é essencial pensar na escola pública também como um espaço na busca pela emancipação política, econômica e cultural, pois a sociedade brasileira é marcada por profundas desigualdades sociais e ideológicas que excluem, negligenciam e, infelizmente, inferiorizam as vozes e a vez de grande parte da população que se torna “massa de manobra” para

---

<sup>6</sup> Cf em <<http://www.oit.org.br/node/854>>, outras informações a respeito. Acesso em jul.2012.

políticos corruptos e até mesmo para a mídia. Dessa forma, independente da pobreza econômica, “temos que ser iguais todas as vezes que as diferenças nos inferiorizam, e temos que ser diferentes todas as vezes que as igualdades nos descaracterizam” (SANTOS, 1999, p.462), não podemos perder de vista que, por meio dos movimentos sociais e das mobilizações coletivas que atendem tanto aos interesses individuais quanto coletivos, conseguiremos efetivar transformações na sociedade. Pois os movimentos sociais têm caráter popular e reivindicam transformação cultural, política e econômica, para promover melhoria da qualidade de vida de seus protagonistas, indo além da esfera de interesses particulares, promovendo organização e transformação na vida social. Contudo, para que as transformações aconteçam, torna-se inevitável a existência de conflitos, trazendo ideias de oportunidades, de viver e de aprender no contexto das relações de aprendizagem e conhecimento como direito constitucional em nosso país.

A pobreza também vem a ser um fator social de grande influência na obtenção do êxito de um sistema educacional, tanto na zona urbana quanto na zona rural. Em um contexto social de extrema pobreza e miséria, é inútil ao professor ir à escola apenas dar aulas, pois o mesmo deve criar possibilidades para que o(a) educando(a) construa e reconstrua sua aprendizagem, de forma autônoma, possibilitando a emancipação social enquanto fenômeno político. Segundo Pedro Demo (2002), a pobreza política impede todo e qualquer avanço social e cultural. Ele também defende a qualificação profissional do professor, pois este está sendo visto como o elemento fundamental em meio a qualquer tecnologia que venha a existir na escola. Diante disso, é essencial ao professor ter condições de elaborar uma proposta pedagógica própria, e para que isso aconteça é necessário recorrer à pesquisa, para então haver a possibilidade da construção de materiais didáticos em conformidade com a realidade de seus alunos; e, por meio desses materiais, o professor-pesquisador vai ter suporte para avaliar adequadamente, permitindo que seus/suas alunos(as) tornem-se conscientes e críticos enquanto em contato com a sua realidade e o seu contexto. Pois jamais podemos perder de vista a noção de infância como a alegria de brincar, de pular corda, de jogar bolinhas de gude, a idade dos porquês, um bom momento para aprender boas maneiras, o gostar de ouvir histórias. Visto que:

A alegria da brincadeira como exceção circunstancial é que define para as crianças desses lugares a infância como um intervalo no dia e não como um período peculiar da vida, de fantasia, jogo e brinquedo, de amadurecimento. Primeiro trabalham, depois vão à escola e depois brincam, no fim do dia, na boca da noite. A infância é resíduo de um tempo que está acabando (MARTINS, 1993, p.67).

O trabalho de crianças, seja no campo ou na cidade, não tem como ser bom para a educação nem para a sociedade, pois a esse fator atribuem-se elevados índices de repetência e, conforme Antuniassi (1983, p.96) elucida, “[...] a atividade de trabalho está negativamente associada à vida escolar”. Toda essa situação complicada envolvendo o trabalho e a transmissão de costumes para filhos e filhas de trabalhadores agrícolas, em sua maior parte, explica-se pelo índice de pobreza e miséria que existe, sobretudo na região rural do Nordeste, que combina baixa renda das famílias, pouca ou nenhuma escolaridade dos pais e grande precariedade dos serviços públicos, a

começar pela ausência ou má qualidade das escolas na zona rural. Infelizmente, nem sempre acompanhar os pais na lida diária significa apenas um momento de aprendizagem. Segundo Marx (1980), a redução dos salários acaba, muitas vezes, forçando o trabalhador homem adulto a inserir toda a família no mercado de trabalho para compensar a perda de renda. Essa exploração gera dificuldades de aprendizagem, pois os(as) alunos(as) não conseguem rendimento escolar satisfatório e isso dificulta o relacionamento adequado com os outros colegas, uma vez que a criança explorada sente-se inferiorizada, chegando até mesmo a negar suas origens. Em sua maior parte, elas costumam ser inseguras, apresentando distúrbios de aprendizagem como bloqueios emocionais frequentes, expressos por timidez, agressividade e, especialmente, autoconceito negativo.

#### **UM ESTUDO SOBRE O TRABALHO INFANTIL NA ILHA DO GALEÃO E SUAS IMPLICAÇÕES NA VIDA ESCOLAR DAS CRIANÇAS**

Por questões culturais e, segundo os estudos de Antuniassi (1983, p.42), “[...] o trabalho infanto-juvenil na agricultura brasileira aparece na várias regiões socioeconômicas, no cultivo dos mais diversos produtos”. Dessa forma, torna-se comum na zona rural que crianças acompanhem e ajudem seus pais em atividades de pesca, no plantio e na colheita de cacau, guaraná, mandioca, cravo e pimenta do reino, dentre outras culturas próprias da região do “Baixo Sul”. Mas, concomitantemente, aliado a esses fatores de ordem cultural, também prevalece a pobreza, que reafirma o trabalho infantil em nossa região como um problema de exclusão social complexo, de fácil visibilidade tanto na zona rural quanto na zona urbana. Nesse sentido, percebemos que a questão é bastante delicada. Porém sabemos que algumas vezes não se trata de trabalho forçado e exploração, pois é bastante corriqueiro, na zona rural, que os filhos acompanhem as atividades dos pais sem que isto signifique necessariamente exploração desumana; há de se ter esclarecimento cultural ao tratar desse tema, principalmente quando fazemos relações com a zona rural, pois, segundo Neves,

[...] há formas de trabalho infantil, fundamentais na transmissão do patrimônio de saberes e disciplinas de certas profissões e de construção do herdeiro e, principalmente, do sucessor, no caso do trabalhador artesanal, profissional ou camponês. Sob a orientação e supervisão dos pais ou de gerações anteriores de trabalhadores, os adolescentes ou pré-adolescentes se incorporam ao processo de socialização profissional e de ritualização da mudança de posição, ingressando-se na idade adulta (BUFALO *apud* NEVES, 2008, p.10).

Essas formas de transmissão de costumes e cultura não podem ser confundidas enquanto exploração, pois não se trata da mesma natureza de trabalho forçado em situações sub-humanas. Porém, quando as crianças que trabalham começam a frequentar a escola de maneira diferente das outras crianças da mesma idade que não trabalham, isso ocasiona repetências ou desistências devido a aspectos que desfavorecem uma boa aprendizagem, porque os(as) alunos(as), que constantemente estão com cansaço físico e mental, tornam-se assim impossibilitados de realizarem adequadamente as tarefas e participarem ativamente no processo de ensino-aprendizagem. Fiquemos alerta enquanto educadores, pois o “trabalho infantil é uma atividade que gera benefícios imediatos na forma de renda, mas também

gera custos por não estudar e/ou por reduzir o tempo de lazer” (KASSOUF, 2007, p.323).



**Foto da Autora** – Cena da realidade urbana: mãe e filha exercendo o trabalho de garí, em Valença/BA, município próximo a Cairu.

Desordens como essas vêm crescendo próximas a nós; algumas vezes passam despercebidas, mas podem facilmente serem associadas ao êxodo rural, pois muitas famílias estão abandonando suas terras, suas casas para adotarem um estilo de vida urbano, em busca de melhores salários ou formas diferentes de emprego. Assim, o êxodo rural, por sua vez, acaba por ocasionar mais situações de trabalho infantil nas cidades, pois os hábitos rurais de repasse das culturas e incorporação de valores de trabalho permanecem mesmo quando os indivíduos mudam de ambiente, assim privilegiando esta prática de crianças e adolescentes na colaboração com seu trabalho para aumentar os rendimentos e produtividade da família. Realidades como esta nos dá subsídios para validar que todas as informações disponíveis ajudam a constatar que no Brasil é significativo o número de crianças exploradas no trabalho. Em nossa região, área turística, é comum vermos crianças trabalhando nas praias, no comércio, lavando carros. Os proprietários dos estabelecimentos, na maioria das vezes, dão oportunidades a essas crianças, pois elas não sabem reivindicar qualquer tipo de benefício, nem exigem salários adequados, tampouco carteira assinada. Trabalho infantil nesse cenário é simplesmente mão de obra barata para o empregador; além do mais, é desvalorizada porque se torna “apenas o trabalho de crianças”.

#### SOBRE A ILHA DO GALEÃO

Sabemos que o homem vive em sociedade e, através da comunidade do Galeão, pudemos observar as relações populares expostas, na forma de

trabalho. A comunidade é de cultura econômica rudimentar, baseada na pesca e no extrativismo vegetal (piaçaba), destacando-se os pescadores, agricultores, pecuaristas, comerciantes e lavradores, podendo, a partir daí, notar a presença da cultura do homem do campo, as diferenças estabelecidas entre si, entre o ambiente (campo x cidade). As relações estabelecidas na Ilha do Galeão mostram claramente que campo e cidade são indissociáveis, pois é através da produção e criação rural que a cidade sobrevive com o fornecimento de víveres do campo e matérias-primas. Portanto, estabelece-se uma relação de interdependência, pois o campo precisa produzir e a cidade não pode parar de comprar.

Em conversa com o senhor Geraldo Almeida, de 82 anos, morador da ilha há mais de 60 anos e conhecedor da história do Galeão, descobrimos que a Ilha de Galeão foi um grande centro de produção agropecuária e mais recentemente de exportação de piaçava e dendê, que eram então beneficiadas no local. "A sociedade brasileira nasce no meio rural: é neste meio que ela surge e se organiza" (SPEYER, 1983, p.19). Esse beneficiamento foi, por muitos anos, a principal fonte de renda dos moradores dessa vila, mas, devido a problemas trabalhistas que obrigaram os trabalhadores a reclamarem direitos e deveres dos proprietários das fazendas, esses serviços foram desativados e o beneficiamento hoje é feito em outros centros. Ele ainda destaca que essa ruptura no sistema econômico levou a pequena Ilha do Galeão a se recolher essencialmente nas atividades de mariscagem, bem como em relação às produções de piaçava e dendê, que muito geram empregos nas fazendas ainda hoje.

O processo de ocupação humana do território brasileiro decorreu, em grande parte, por meio do desenvolvimento das diversas formas dessas "fazendas", cada qual com as suas particularidades tanto no que diz respeito à sua função econômica quanto à social (SPEYER, 1983, p.19).

Diante do observado, podemos dizer que o Galeão é uma ilha pacata em volta de manguezais, de onde ao longe podemos ver a igreja mais antiga de Cairu, que avisa a aproximação da vila. O senhor Geraldo ainda nos deu informações sobre a Igreja de São Francisco Xavier, construída no alto de um morro, em 1644, e dela podemos ter uma bela vista das paisagens naturais que compõem o cenário. Na ilha ainda é possível encontrar marcas fortes da colonização portuguesa, como o casarão "Quatro Estações", construído no século XIX. Também tivemos informações de alguns moradores sobre marcas fortes da cultura africana através das manifestações folclóricas, como: Zambiapunga, Afoxés, bumba-meu-boi, lavagem da igreja São Francisco Xavier que antigamente era realizada por escravos, Cordão de São Benedito, entre outras, e que ainda hoje fazem parte das manifestações culturais da Ilha.

#### O TRABALHO INFANTIL E SUAS IMPLICAÇÕES NA VIDA ESCOLAR DE ALUNOS E ALUNAS DA ESCOLA RURAL DO GALEÃO

Este espaço reserva-se à análise da pesquisa que fizemos, iniciada em 2007 e concluída em 2012, tendo como referência a vida escolar de crianças trabalhadoras que estudam na Escola Rural do Galeão. Para nós, interessava saber se essas crianças estavam sendo expostas a situações de risco e se eram exploradas. Desejávamos também saber se o trabalho que elas

realizavam implicava um baixo rendimento escolar ou se provocava evasão escolar.

Localizada na própria Ilha, situada na Rua Direta s/n, no município de Cairu/BA, distrito de Galeão, está a Escola Rural do Galeão. Os alunos da escola supracitada são oriundos de classes sociais baixas e de famílias que, em sua maioria, apresentam pouco ou nenhum nível de escolaridade, e precisam de atendimento no que diz respeito ao vestuário, à alimentação, a remédios e, principalmente, ao material escolar. Na educação, já se dispõe de novas tecnologias, apesar de serem pouco aproveitadas, devido à falta de formação dos educadores, pois o ensino ainda é ministrado de forma convencional, também a maior parte dos alunos demonstra “desinteresse” pela aprendizagem.

A Escola Rural do Galeão era de responsabilidade do Estado, mas, a partir de 1997, passou a ser responsabilidade do Município, ganhando em sua Razão Social a palavra *Rural*; segundo informação da diretora, essa mudança foi positiva, no sentido de haver mudanças em relação ao envio de recursos para a escola. Ela disse que antes, para se conseguir algum recurso material ou financeiro, era muito mais complexo, era muito burocrático, pois tudo dependia da Diretoria Regional de Educação (DIREC 5), em Valença. Já com a Prefeitura fazem a relação das necessidades da instituição e enviam no início do ano e, sendo assim, os materiais são providenciados com antecedência para todo o ano letivo.

A escola possuía um Projeto Pedagógico, que foi elaborado em 2002 pela Secretaria de Educação de Valença e enviado à escola sem nenhuma preocupação com a realidade social que cerca a comunidade. Um documento engavetado, desconhecido por todos. Não é estranho, portanto, que muitos ainda acreditem que um currículo seja apenas uma lista de disciplinas e conteúdos (ARAÚJO, 2008). Hoje existe um novo Projeto Pedagógico desenvolvido no ano de 2010 pelas atuais professoras, coordenadoras e direção, também contando com pouco envolvimento da comunidade local.

Seu funcionamento se dá em três turnos. Pela manhã, já com o ensino fundamental de nove anos, com uma turma de 2º ano e três turmas de 3º ano. A escola está subdividida em ano e série.<sup>7</sup> Existem também uma turma de 3ª série pela manhã; à tarde, turmas de 4ª série, Maternal, Infantil I, Infantil II e uma turma de 1º ano do ensino fundamental; e, à noite, duas turmas da Educação de Jovens e Adultos que são multisseriadas – às quais não tivemos acesso, por conta da dificuldade de acesso à comunidade e à precariedade do transporte, o que impedia o retorno após o horário das aulas nesse período. A escola possui apenas quatro salas com 12 turmas e, por este motivo, a instituição se utiliza de duas salas do prédio da Associação Comunitária, que funciona como anexo.

---

<sup>7</sup> No início da pesquisa na escola, em 2007, a recente regulamentação do ensino fundamental obrigatório pela Lei 11724, de fevereiro de 2006, com duração de nove anos e idade a partir dos seis anos, ainda não havia se consolidado na Escola Rural do Galeão. O(a) leitor(a) perceberá que o quadro descrito, a rigor, indica uma fase de transição em relação aos ajustes regulamentados pela nova legislação, que pode ser conferida em Brasil (2006).

Não conseguimos obter informações concretas sobre quando foi fundada a escola. Segundo a diretora, existem documentos registrando, mas naquele momento ela não podia verificar, pois teria de procurar em arquivos que já não estavam mais em uso. Ela nos disse que sabia que a escola tinha muitos anos de existência e que foi recuperada, em 1997, pelo Governo do Estado da Bahia. Logo após fizemos, junto com a diretora, uma visita às instalações e notamos que a escola, em termos de espaço, é muito pequena e não tem biblioteca, apenas uma pequena estante com livros onde funciona, ainda, não só uma pequena sala de informática, como também a própria sala da diretora, dividindo espaço com os computadores. A escola também não dispõe de um espaço de lazer adequado para as crianças, nem de mesas para lancher, tampouco refeitório.

Apesar dos avanços, se comparado a anos anteriores, onde na sala da diretora havia uma mesa, um armário de duas portas, uma mesinha de computador, que estava quebrado, e uma máquina de mimeografar, percebemos que a escola *na roça*, não sendo a mesma da escola urbana em seu contexto e suas condições infraestruturais, é pensada como uma anomalia (SANTOS, 2003). Há três anos, as professoras relataram que, durante o turno diurno, elas não sofriam com evasão, as crianças não precisavam largar as atividades escolares para ajudar os pais nas épocas de pescaria, pois suas famílias são beneficiadas pelas ações do governo – bolsa família, bolsa escola etc. Porém, atualmente, esse contexto tornou-se bem diferente, pois “os filhos começam bem cedo na vida a ajudar”<sup>8</sup> os pais; percebemos esse período da vida, principalmente no verão, quando se intensifica a pesca e a mariscagem.

As professoras do Galeão relataram que gostam de trabalhar com as crianças, pois são como as de qualquer outro lugar. Mas que sentem falta da presença de alguns pais na vida escolar dos filhos. “*Muitas chegam com atividades sem fazer*”, diz uma professora. Enquanto educadores, sabemos que, devido à realidade da comunidade em termos socioeconômicos e mesmo educacionais, muitos pais não compreendem de fato o que está exposto e solicitado nas atividades, pois muitos adultos na zona rural não conseguiram nem completar o ensino fundamental. Nesse sentido, é de se compreender, mas não devemos aceitar a completa ausência dos pais na escola e um completo distanciamento na vida escolar dos seus filhos.

A diretora afirma que, durante o turno da noite onde funciona uma turma multisseriada, o movimento de evasão é menor, pois aqueles que pescam são beneficiados pelo defeso; logo, de certa forma, assegura a presença do aluno na escola. Mas, segundo a fala da professora, é fácil notar a dificuldade que os alunos têm em absorver ou mesmo compreender o conteúdo ensinado, acredita que foge bastante da realidade dos pais de família que passam a madrugada na maré, pescando para o sustento de suas famílias, sendo assim vítimas do processo de universalização que o ensino em nosso país teve que se ajustar. “[...] condenada a imitar a escola urbana... Não há preocupação em aproveitar e explorar a bagagem cultural, os recursos locais, as experiências de vida que a criança traz de casa e do meio” (SANTOS, 2003, p.149).

---

<sup>8</sup> Pierson (1966) *apud* Antuniassi (1983).

A ideia de considerar os saberes prévios dos alunos, focar sempre a realidade deles como ponto de partida para e sempre apresentar a eles novos conhecimentos foi muito propagada por Paulo Freire, que valoriza a presença do saber dos estudantes das camadas populares na sala de aula. Ou seja, Freire sempre se atentou para que o aluno ultrapassasse as fronteiras da realidade mostrada pelos livros didáticos e pelos professores, preso muitas vezes neste único mundo, pois “o povo tem direito de saber não só de saber melhor o que já sabe, mas também saber o que ainda não sabe” (FREIRE, 1988, p.32).

O aluno da ilha é, assim, um aluno pobre, filho de pequenos proprietários ou de pais que não possuem nenhuma terra, ou que vive de pequenas pescarias. Por isso, se quiser pensar na sua formação se torna obrigado a custear este momento tão importante e definitivo no decorrer de sua vida por meio de sua força de trabalho. Lavio Galeno,<sup>9</sup> 10 anos, estudante da 4ª série da Escola Rural do Galeão, relata:

*A estiva, para mim, é uma coisa boa para a gente ganhar dinheiro, de vez em quando que eu não venho porque eu vou pra escola, depois eu vou pra banca, só venho de quatro “hora” [16 horas da tarde]. Para de noite, tem barco aqui de noite, eu venho porque eu gosto de vir, vou juntar dinheiro para comprar um carro de plástico, eu não tenho força para fazer esse trabalho, mas eu pego o que eu “guento”, eu não falto muito, ah só faltei um dia que eu fui para Valença. Com esse dinheiro vou ajudar os meus pais a pagar a roupa da minha formatura, o “smok”. Se eu não estivesse agora aqui na estiva, eu estaria em casa estudando.*

O trabalho em estivas é muito comum na Ilha do Galeão, em Cairu, onde muitos meninos passam o dia esperando para carregar bagagens no cais à beira-mar, alguns trabalham até a noite, não importando o clima, pode estar chovendo ou fazendo sol que eles estão lá. Alguns se arriscam na tentativa de pegar a corda do barco jogada à beira da ponte, debruçando-se e virando na água para ajudar o marinheiro. Vejamos os relatos dos meninos da estiva na Ilha do Galeão, o que eles entendem por brincar e a relação de ganhar dinheiro por meio do próprio suor. Lucas Silva, 12 anos, estudante que participa da jornada ampliada PETI-Galeão, relata sua experiência enquanto trabalhador na estiva:

*Eu trabalhava na estiva para ganhar um dinheirinho e comprar uma bermudinha, ia para a estiva para conseguir dinheiro, hoje não vou mais para a estiva, mas armo ratoeira [uma espécie de armadilha feita com Garrafas Pet, um elástico e pedaço de arame para pegar gaiamum]. Primeiro eu armo a ratoeira no mato para pegar os “bitrelo”, que “é” os “gaiamum grande”, os outros eu cevo e vendo, ganho 15, 12 reais. Desse dinheiro eu dou algum pros meus pais. Eu sou mais ficar na estiva do que armar ratoeira, porque no Porto a gente não fica sozinho, a estiva cansa pouco, só que na ratoeira, no mato, é mais arriscado: cobra, um bocado de bicho, se cortar; no mato, eu fico sozinho.*

Não podemos negar que eles, juntamente com o trabalho que fazem, são exemplos de luta pela sobrevivência, de força de vontade, determinação e esperança porque nutrem os desejos de transformações e encorajam até a própria família, pois “*pegar estiva é carregar uma feira para ajudar minha mãe*”, na tentativa de desestabilizar os pilares da falta de emprego ou da vida ociosa; porém não devemos nos esquecer de ser criança, de descobrir e redescobrir o bom e o belo, as possibilidades de aprendizagem e diversão

---

<sup>9</sup> Daqui por diante todos os nomes das crianças-trabalhadoras apresentados são nomes fictícios.

que o ambiente possa oferecer, porque “*ser criança aqui no Galeão é passear, tomar banho de maré, ir para a escola...*”.

Acreditamos que o trabalho infantil é uma forma de negação da identidade das crianças, pois num sistema capitalista as mesmas estão sendo obrigadas a silenciarem seus valores, sua cultura, memória e identidade, muitas vezes sendo depreciadas em vista de uma cultura hegemônica do trabalho e da produção capitalista selvagem. Vejamos o que diz o educando-trabalhador de apenas 11 anos:

*Eu venho para a estiva para ficar aqui brincando, carregar carrinho com mercadoria é uma brincadeira para ganhar dinheiro, eu ajudo minha mãe, não canso porque na estiva “pega” eu e “pega” meu colega. Outra coisa que eu fazia era trabalhar no bar com minha mãe para ajudar ela. Aquele carro que eu trabalho foi minha mãe que “mim” deu no dia das crianças. Ela perguntou o que eu queria e eu disse que queria um carrinho de mão, uma “galiota”. A gente estuda pela manhã e à tarde a gente fica aqui, todo dia pegando estiva, para ajudar a mãe a comprar pão e alimentos. É um trabalho pesado, para homem forte, mas a gente consegue fazer. Se eu não estivesse aqui, eu estaria armando ratoeira, mas aqui a gente também ganha dinheiro.*

Assim, entendemos ser necessário abrir espaço para o resgate do saber brincar, pois suas práticas diárias de trabalho se confundem com a atividade lúdica e prazerosa que proporciona alegria espontânea e integração, tornando-se, desse modo, apenas mais um processo de isenção da infância.

O trabalho de estiva dos meninos do Porto do Galeão é um trabalho remunerado, porém à primeira vista não se trata de um “*trabalho alienado*”, pois não existe uma relação direta entre empregado-empregador. Percebemos, em suas falas, que eles o fazem por conta própria e de maneira informal, assim não havendo transferência a um patrão de parte do que ganham, ou produzem; em vista disso, não há exploração da mão de obra por parte de um empregador direto. Nada obstante, fatos como esses se arrastam até nossos tempos, tornando o terreno fértil para que esses pequenos adultos enfrentem jornadas exaustivas de trabalho.

Entretanto, pelo fato de não haver certa alienação, torna-se importante reconhecer que esses meninos estão mais vulneráveis à futura exploração e à desvalorização de sua mão de obra, não estando livres de cansaço físico e acidentes de trabalho. Desse modo, as principais causas que levam à exploração, escravização, violência e a acidentes infantis no trabalho são a pobreza e o desemprego dos pais que, na maioria das vezes, servem como justificativa para inocentar aqueles que empregam em busca de uma mão de obra particular: ágil, barata, abundante, fácil de manipular em função da idade e da ilegalidade do trabalho. Junto a essa visão, existe o fato de que muitas famílias consideram “algo maravilhoso”, ficando “por demais agradecidos” quando um de seus filhos ou todos podem contribuir para o sustento próprio ou de toda a casa (OSOWSKI, 1996), mas questões como estas vão além da consciência de cada mãe ou pai, acredito ser uma questão de conscientização da sociedade como um todo, em reconhecer e aplicar as leis que circundam esta temática, por meio de políticas públicas mais efetivas e satisfatórias, pois percebe-se que o “arcabouço jurídico” que disciplina o trabalho de crianças infelizmente não é reconhecido socialmente, tampouco respeitado.

As crianças da Escola Rural do Galeão são prova de que o desempenho escolar depende da ajuda da família em especial, visto que a assistência da família é de fundamental importância e indispensável, pois nem sempre os professores conseguem dar conta do ensino de todos(as). José Carlos, 11 anos, aluno da 4ª série na Escola Rural do Galeão, no ano de 2007, afirma que é filho de pais separados, mora com o padrasto, sua mãe e cinco irmãos. Filho de mãe marisqueira, ele afirma:

*Algumas vezes não posso ir à aula porque tenho de cuidar dos meus irmãos, para que a minha mãe possa trabalhar e ajudar no sustento da família, mas minha mãe me ajuda nas atividades da escola quando tenho alguma dificuldade (José Carlos).*

Quanto à sua professora, ele diz que ela é ótima e ensina bem, e que ele não tem muitas dificuldades, tanto que vai passar de série sem ficar na recuperação. Para José Carlos, seu futuro é ser policial porque ganha bem e ele quer ajudar sua família; e por esse motivo procura faltar às aulas apenas quando está doente.

Reconhecer as especificidades e os diferentes modos de vida de nossos educandos é fator determinante para evitarmos o fracasso e a evasão escolar em decorrência tanto do trabalho infantil quanto de outros fenômenos sociais, pois Marcos Santos, 14 anos, estudante da 4ª série da Escola Rural do Galeão, no ano de 2007, relata que está atrasado na escola e que perdeu dois anos por causa de brincadeiras. Seu pai é pescador, “*coloca camboa*”<sup>10</sup> para pescar peixes e mariscos; sua mãe é marisqueira. Seu sonho é ser marinheiro, pois o mesmo acompanha seu tio às sextas-feiras, aos sábados e domingos, na embarcação fazendo cobrança dos passageiros, além de conduzir o barco como ajudante.

Torna-se necessário reconhecer que a escola atual, de acordo com Demo (2002, p.1), é “coisa de pobre para pobre, sobretudo a escola pública”. Consequentemente, o que interessa é problematizar que nela “lately vibrante uma grande esperança”, visando à autonomia das pessoas e junto com elas a independência da sociedade num saber pensar e intervir, oferecendo oportunidades e respeito para que o conhecimento chegue nivelando por baixo. Analisando exatamente essa realidade, atualmente percebemos que há tendências à desistência e à frequência irregular na escola por motivos de trabalho e por vontade de ganhar dinheiro por parte de muitos meninos da comunidade.

Ronaldo de Jesus, 12 anos, estudante desistente da Escola Rural do Galeão, afirma que trabalha na estiva, mas não tem o carrinho e está juntando dinheiro para comprar um carro e carregar mais compras, pois no braço ele não aguenta carregar muita mercadoria, diz que o principal objetivo em estar trabalhando é comprar o seu próprio carro para carregar mais compras e que gosta de fazer isso, pois com esse dinheiro pode comprar merenda e algumas vezes comprar comida e pão. Para Ronaldo, não importa a hora, pois pode perceber a presença dele durante os dois turnos em que esteve observando e o mesmo pôde afirmar: “*Vem um barco de noite, seis horas [dezoito horas], a gente vem pegar a feira dos outros e ganha um trocadinho*”

---

<sup>10</sup> Segundo um pescador da Ilha do Galeão, “*camboa é um cerco colocado no meio do mar onde o camarão entra e não consegue sair*”, ou seja, utensílio de trabalho na pesca do camarão.

*para comprar um pão, a comida. O nosso trabalho na estiva ajuda o povo aqui do Galeão.*” Na tentativa de obter uma resposta coerente, indaguei Ronaldo com relação a ele ter permanecido no porto durante a manhã e também à tarde, e ele se justificou dizendo: *“Hoje eu perdi a aula, não fui para a escola.”* A diretora da escola afirma que já ofereceu vários conselhos para ele, pois até para trabalhar na estiva é necessário saber ler e escrever, para entregar a mercadoria, o pacote certo para a pessoa certa, mas que Ronaldo já é desistente e se evadiu da escola neste ano letivo.

Os relatos apenas confirmam a realidade que cerca a comunidade da Ilha de Galeão. Diferente da impressão que se tem quando avistado ao longe, Galeão é mais uma das várias comunidades rurais de baixo nível social e econômico que existe na Região do Baixo Sul.

*Sou marisqueira, cato siri, pesco, pesco peixe, robalo e todo tipo de peixe que pesca com linha de anzol. Aqui no Galeão o custo de vida é muito dificultoso e as crianças quando começam a crescer, que pegam de nove anos para cima, “eles” começam a trabalhar para ajudar seus pais, comprar sua merenda. Porque muitas vezes os pais não têm como oferecer a eles; então eles “mesmo vai” pegar estiva e muitos deles ganham para ajudar seus pais em casa. Se eles não “tivessem” trabalhando, não é que as famílias estivessem passando mais dificuldade, mas é uma forma que eles têm de contribuir com seus pais. Muitos deles ali, não tem pai, tem só a mãe. Na estiva, o que eles ganham ali já compram um pão. Eles trabalham nos horários que os barcos chegam. Se fossem meus filhos, eu não deixaria eles pegarem estiva, mas “tá” na consciência de cada mãe. Os meus foram criados aqui, trabalhavam, mas nunca pegaram estiva, porque eles nunca quiseram, eles ajudavam com as coisas em casa, mas pegar estiva não, isso porque eles nunca “quis” (Maria das Neves, moradora da Ilha do Galeão).*

As escolas sofrem, negativamente, as implicações da pobreza econômica da comunidade onde estão inseridas, do descaso e, algumas vezes, da ignorância sobre a importância de se manter a vida costeira, ou mesmo a vida rural. A diversidade local, entendida como a idiosincrasia do indivíduo da comunidade, deve ser um dos eixos de propostas dos currículos de qualquer escola. Ao olhar para a realidade da escola e da comunidade que a rodeia, é necessário propor atividades que façam sentido para os estudantes. Isso, certamente, contribuiria para a não evasão do alunado, a diminuição do êxodo e a melhoria significativa da qualidade do ensino, tanto do aluno quanto na escola como um todo.

Indaguei alguns educadores para saber qual a opinião e/ou visão que eles têm do PETI, se é um Programa realmente eficaz, que ajuda a melhorar o desempenho escolar evitando que a criança esteja trabalhando. Obtive a seguinte resposta de um dos Educadores Social do PETI Galeão:

*Para melhorar o desempenho escolar das crianças, aqui nós trabalhamos com jogos, algumas atividades escritas, perguntas orais, bate-papo, conversas, e as crianças tiram dúvidas e curiosidades fazendo perguntas. As crianças que não trabalham, se direcionadas aos estudos, com certeza têm um rendimento melhor do que aquelas que trabalham. As que trabalham, conseqüentemente, têm um rendimento menor. Acredito que o PETI tem uma função muito importante nesse momento de educação, porque as crianças vão para a escola e os professores têm carga horária a cumprir e as horas que eles recebem “municipais” não dão para eles organizarem direito as aulas, o tempo de sala é curto com essas crianças e são muitas crianças por sala e às vezes não dá para fazer um acompanhamento direto com essas crianças. E o PETI acaba conseguindo, por ser um número menor de crianças por sala aqui no Galeão.*

Sabemos que, através de jogos, desafios e soluções de problemas, as crianças podem desenvolver suas habilidades ampliando a construção de

conceitos, expressando melhor o que pensam e acreditam, pois os aspectos cognitivos e emocionais são inseparáveis nas crianças. Porém, é importante salientar que nem sempre é possível trabalhar com atividades práticas dentro da sala de aula, visto que este trabalho pode ser limitado quando a escola não possui recursos (espaço físico, materiais etc.), também quando não há apoio ao docente quanto a essas práticas.

O programa PETI, enquanto espaço de educação não formal,<sup>11</sup> visa extinguir as piores formas de trabalho infantil no nosso país e, no Galeão, não é diferente, por conta da realidade vivida e exposta aqui. O PETI colabora nesse processo, ao acolher crianças na faixa etária dos 6 aos 15 anos, possibilitando o acesso e a permanência das mesmas na escola e na jornada ampliada; concedendo uma complementação de renda (a “Bolsa Família do Governo Federal”) e possibilitando apoio e orientação às famílias beneficiadas na busca de uma integração e inserção das mesmas no referido programa. Contudo, e com todas as divergências, sabemos que a implantação de Programas Políticos como o PETI centra seus esforços na educação, na cultura, no esporte e no lazer, pois o objetivo maior é combater de maneira que possa minimizar o trabalho infantil, levando em consideração que todas as crianças e adolescentes estejam de forma permanente ingressos e reingressos na escola, também é sabido que o PETI proporciona treinamento técnico profissional de qualidade e acesso à cultura e à arte para as famílias da comunidade onde está inserido.

Conversando com a garota de 12 anos que é estudante do PETI e da Escola Rural, percebemos que a timidez foi o principal aspecto em sua fala, envergonhada ao relatar que, além de ir ao PETI e à Escola Rural do Galeão, nas horas vagas tem que trabalhar e, algumas vezes, faz por pedido dos pais:

*Venho pro PETI porque eu gosto. Aqui eu brinco, faço o dever, pinto, eu prefiro estar aqui no PETI do que estar em casa. Quando eu estou em casa, eu vou para a rua vender ostra, e o dinheiro que eu ganho dá para comprar comida, às vezes minha mãe que pede para eu ir vender ostra.*

Sobre essa realidade podemos constatar que na Ilha de Galeão essa situação de competição entre escola e trabalho não é diferente, e por não ser uma área de forte fluxo turístico, percebemos que a pobreza torna-se um forte agravante social. Tal condição é percebida no que diz uma moradora da comunidade do Galeão e mãe de educandos do PETI e da Escola Rural do Galeão:

*Nem uma comida dentro de casa eu tenho, porque o dinheiro é pouco. Agradeço muito a Deus em primeiro lugar, ao governo federal e ao prefeito porque, se “ele” tirasse esse PETI daqui, muitas mães “ia” sofrer porque seus filhos não “ia” ter o que alimentar. As mães já “sabe” que quando procurar seus filhos “sabe” que estão no PETI, “sabe” que eles têm almoço, “sabe” que eles têm merenda, a eles não falta nada, nem merenda, nem almoço, nem professor. Até uma biblioteca aqui tem pra eles “pesquisar”. São livros velhos, mas serve pra eles “pesquisar”. Eu não sei o que seria de mim, se não fosse o PETI, porque as minhas filhas, agradeço muito a Deus por elas estarem aqui, porque o horário do almoço, dias mesmo não sei nem o que dar de café pra eles. O meu marido é pescador de pescar siri, dias ele pega o siri,*

---

<sup>11</sup> Entendida enquanto atividade organizada, sistemática, educativa, realizada fora do marco de uma instituição escolar oficial de ensino, sem um currículo pronto, nem havendo necessidade de aprovação e/ou reprovação dos educandos.

*dias não pega, já pensou chegar no horário de meio-dia e não ter o que comer? Já tem o PETI, eles almoçam, é um lugar para eles ficarem ao invés de estar na rua e aqui tem tudo que eles querem, brincam no horário certo, tem tudo no horário certo. Pena que, quando chegar no mês de dezembro, já vai encerrar aqui. Pra mim já vai ser o motivo de eu "mim" virar mais ainda no siri, porque tem que ter o café da manhã, tem o almoço, tem o café da noite. Como vai ser? Se eu "num" trabalhar, só o meu marido trabalha. Quem vai para o mangue tudo bem, mas eu que só posso "mim" virar com o siri.*

Percebemos que, devido à pobreza e ao grau de carência econômica das famílias, as crianças da Ilha do Galeão estão sendo obrigadas a dividir parte do tempo entre escola e trabalho. Segundo relato de um morador local:

*O trabalho mais visível dos meninos aqui no Galeão é que eles ficam pegando estiva, o pessoal vem de Valença para carregar a feira para levar nas casas, eles vão pro mato armar ratoeira para pegar guaiamu, vão com os pais pescar e não é muito. São mais essas coisas mesmo. As vezes eles "vai" na rua vender um geladinho, vender cocada. E, na minha opinião, de uma certa maneira, não "é explorado". Eles "faz" para ajudar os pais. Não é um trabalho pesado para acabar "eles" não.*

Mas é sabido que o desenvolvimento de atividades como estas acabam por comprometer o desempenho e a assiduidade à escola, pois trabalho e educação são atividades rivais, tornando-se estruturas de reprodução da pobreza cultural e social quando geram evasão:

*De uma certa maneira pode prejudicar na escola e provocar cansaço sim, porque o tempo que eles "tão" fazendo esse trabalhando, eles podiam realmente "tá" em casa tomando a lição. O desempenho deles aqui na escola, a maioria dos meninos não é "bom", justamente, não só pelo trabalho infantil, mas porque muitos "é desinteressado" mesmo. Com relação ao trabalho, pra mim, não é muito puxado pra eles não, porque é um trabalho que eles "faz" em prol de ajudar os pais que "necessita" da ajuda deles.*

As crianças que conseguem conciliar essa dupla jornada o fazem com bastante força de vontade e determinação, pois, conforme a necessidade, algumas delas estão evadindo cada vez mais da escola em busca de trabalho no cais do porto como forma de suprir a carência financeira em que vivem suas famílias.

#### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As abordagens socioeducativas que apresentamos proporcionaram a chance de pesquisar e investigar uma dada realidade e apresentar reflexões acerca do tema estudado. Apesar dos limites que nos envolvem, esperamos ter contribuído para uma reflexão sobre o efetivo processo de combate ao trabalho infantil, pois consideramos um mal para qualquer sociedade democrática, na medida em que compromete as possibilidades de desenvolvimento de uma educação do/no campo de qualidade. Afinal as consequências do trabalho de estiva dos meninos na Ilha do Galeão são notadamente visíveis, visto que os mesmos apresentam dificuldades acentuadas de leitura e escrita, baixa autoestima e muitos não são autoconfiantes com relação aos estudos. Tudo isso vem acompanhado de baixo desempenho escolar, evasão, e nível de aprendizagem abaixo do previsto, ou seja, não acompanham a turma nos aspectos quantitativos e qualitativos da avaliação. Essa temática é por demais interessante e contribui para uma melhor orientação na busca de diversas ações pedagógicas, dentre elas: levar ao conhecimento da sociedade educativa inúmeros debates e reflexões acerca do descomedimento do trabalho infantil, para que possamos

buscar meios de evitar a falta de frequência à escola, impedir que essas crianças tenham um futuro comprometido de forma irreversível. Porque, quanto mais nos informamos sobre o acesso, a permanência e o sucesso dessas crianças, constatamos que em nossa região “Baixo Sul” é expressivo o número de crianças que perdem a alegria de brincar, o prazer de estudar, assim diminuindo suas chances de terem sucesso na vida profissional.

## REFERÊNCIAS

ANTUNIASI, Maria Helena Rocha. **Trabalhador Infantil e Escolarização no Meio Rural**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

ARAÚJO, Paulo. O norte para a aprendizagem. **Revista Nova Escola**, Rio de Janeiro, p.33-39, jan./fev.2008. Disponível em: <<http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-praxis-pedagogicas/CURRÍCULO/O%20norte%20da%20aprendizagem.pdf>>. Acesso em: 2 ago.2011.

BASU, K.; TZANNATOS, Z. The Global Child Labor Problem: What do we know and what can we do? [Child labor and development: an introduction]. **The World Bank Economic Review**, v.17, n.2, p.145-173, 2003. Disponível em: <[http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/IB/2007/03/08/000310607\\_20070308094052/Rendered/PDF/338750PAPER0WBBER0171201PUBLIC1.pdf](http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/IB/2007/03/08/000310607_20070308094052/Rendered/PDF/338750PAPER0WBBER0171201PUBLIC1.pdf)>. Acesso em: 2 mar.2011.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Casa Civil, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm)>. Acesso em: 2 mar.2011.

\_\_\_\_\_. **Lei 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente** e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm)>. Acesso em: 2 mar.2011.

\_\_\_\_\_. **Lei 11.274**, de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Brasília: Casa Civil, 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm)>. Acesso em: 2 mar.2011.

ONU. **Declaração dos direitos da criança**. Proclamada pela Resolução da Assembleia Geral 1386 (XIV), de 20 nov.1959. Integralmente fiscalizada pelo UNICEF. Disponível em: <[www.cnpqjr.pt/preview\\_documentos.asp?r=1000&m=PDF](http://www.cnpqjr.pt/preview_documentos.asp?r=1000&m=PDF)>. Acesso em: 2 mar.2011.

DEMO, Pedro. De que escola estamos falando? **Revista de Educação CEAP**, Salvador, v.10, n.36, p.1-7, mar/-mai.2002. Disponível em: <[http://www.ceap.org.br/publicacoes\\_edicao\\_anterior.htm](http://www.ceap.org.br/publicacoes_edicao_anterior.htm)>. Acesso em: 2 ago.2011.

FREIRE, Paulo. **A Importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 22.ed. São Paulo: Cortez, 1988. 80p.

KASSOUF, Ana Lúcia. O Que Conhecemos sobre o Trabalho Infantil? **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.17, n.2, mai./ago.2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/neco/v17n2/v17n2a05.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2011.

MARTINS, José de Souza (Org.). **O Massacre dos inocentes**: A criança sem infância no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

NEVES, Delma Pessanha. **A perversão do Trabalho Infantil**: lógicas sociais e alternativas de prevenção. Niterói: Intertexto, 1999.

OSOWSKI, Cecília; MARTINI, Jussara G. Trabalhadores infanto-juvenis de escolas de primeiro grau contribuindo para repensar o currículo. In: REUNIÃO Anual da ANPEd, 19, 1996. **CD-ROM ANPEd**, 25 anos. Caxambu: ANPEd, 1996.

QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Ligia De Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. **Um Toque de Clássicos**: Marx, Durkheim e Weber. 2.ed. rev. ampl. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SPEYER, Anne Marie. Formação do Campesino Brasileiro. In: SPEYER, Anne Marie. **Educação e Campesinato**: Uma Educação para o Homem do Meio Rural. São Paulo: Loyola, 1983. p.19-33.

**Data da submissão**: 29/08/2012

**Data da aprovação**: 31/03/2013